

CIRCULAR 36-2023

DATA: 30/10/2023

Assunto: **Diretiva CSRD, relativa ao relato de sustentabilidade das empresas.**

Exmos. Senhores,

A Diretiva CSRD, relativa ao relato de sustentabilidade das empresas, foi publicada a 14 de dezembro de 2022 e será transposta pelos Estados-Membros no prazo de 18 meses, com impacto nas divulgações de relatórios de sustentabilidade a partir de 01/01/2024.

A CCP acompanhou a discussão deste tema, através das estruturas associativas europeias em que está filiada.

Tratando-se de um tema complexo, e cujo alcance não é ainda totalmente claro, entendeu-se útil fazer uma primeira informação sobre a diretiva, em anexo, sem prejuízo desta matéria poder ser aprofundada em futuras circulares.

Com os melhores cumprimentos,

ACIPS

DIRETIVA (UE) 2022/2464 - REPORTE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVO (CSRD)

1. INTRODUÇÃO

A 14 de dezembro de 2022 foi publicada a Diretiva (UE) 2022/2464 (doravante, Diretiva) relativa ao Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD) que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas.

A Diretiva procura, através da criação de *“um enquadramento da comunicação de informações sólido e acessível, acompanhado de práticas de auditorias eficazes, a fim de garantir a fiabilidade dos dados e evitar o branqueamento ecológico e a dupla contagem”*¹, equiparar, concomitantemente, o reporte de informação sobre sustentabilidade e o reporte de informação financeira.

Entende a Comissão que, face à crescente procura de informações sobre ESG (*Environmental, Social and Governance*), é premente consensualizar as obrigações dos operadores económicos no que toca à apresentação de informações não financeiras.

Em complemento à Diretiva surgem as normas comuns de reporte obrigatórias, isto é, um conjunto de *standards* que permitam *“a garantia de fiabilidade e a digitalização da comunicação de informações sobre o relato de sustentabilidade”*², facilitando *“a sua supervisão e execução”*³, bem como a sua transversalidade em todos os Estados-Membros.

A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) considera que as alterações legislativas a nível europeu *“exigem das empresas a necessidade de colocar a sustentabilidade no centro das suas estratégias”*⁴.

Porém, aprez mencionar que o novo quadro legislativo – que encontra arrimo não só na Diretiva (UE) 2022/2464, mas também na Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937⁵ - não se encontra, ainda, completo pois que, como veremos, se mantém em aberto a publicação do segundo conjunto de *standards*.

Vejamos as principais alterações.

¹ Considerando (13)

² Considerando (37)

³ Considerando (37)

⁴ <https://ccp.pt/wp-content/uploads/2023/07/boletim-nova-dinamica-boletim-no-17.pdf>

⁵ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A52022PC0071>

2. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

2.1. ÂMBITO SUBJETIVO

Dita o art. 19.º-A da Diretiva 2013/34/EU na sua redação atual:

Artigo 1.º - Ponto 4 da Diretiva (UE) 2022/2464

Artigo 19.º-A

Relato de Sustentabilidade

“1. As grandes empresas e as pequenas e médias empresas, com exceção das microempresas, que sejam entidades de interesse público na aceção do artigo 2.o, ponto 1), alínea a), devem incluir no relatório de gestão as informações necessárias para compreender o impacto da empresa nas questões de sustentabilidade, bem como as informações necessárias para compreender de que forma as questões de sustentabilidade afetam a evolução, o desempenho e a posição da empresa”

(...)

A implementação gradativa de obrigações segue o calendário do **artigo 5.º da Diretiva** que permite delinear o universo de sujeitos que abrange.

Assim, as obrigações de reporte de informações são mandatárias não só para as **empresas já abrangidas pela NFRD** (grandes empresas que sejam entidades de interesse público com um número médio de empregados superior a 500 e as entidades de interesse público que sejam empresas-mãe de um grande grupo com um número médio de empregados superior a 500, numa base consolidada), como também **todas as grandes empresas e todas as empresas, excetuam-se as microempresas, cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado na União Europeia.**

No que concerne ao primeiro grupo, a comunicação de informações ao abrigo da Diretiva **iniciará em 2025 relativamente ao exercício financeiro iniciado a 1 de janeiro de 2024.**

Por outro lado, o segundo grupo de sujeitos carece de maior detalhe.

Assim, as **grandes empresas agora cobertas pela CSRD** comunicarão as informações ao abrigo da presente Diretiva **em 2026 relativamente ao exercício financeiro iniciado em 1 de janeiro de 2025.** Por outro lado, as **PME's cotadas, bem como as instituições de pequena dimensão e não complexas e as empresas de seguros cativas e empresas de resseguros cativas** procedem à **comunicação em 2027 relativamente ao exercício financeiro iniciado a 1 de janeiro de 2026.** Neste sentido, encontrar-se-ão sujeitas ao artigo 8.º do Regulamento (EU) 2020/852.

Após 1 de janeiro de 2026, a Diretiva admite que, durante um período transitório de dois anos, as pequenas e médias empresas cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado na União tenham a possibilidade de se *“autoexcluírem dos requisitos de relato de sustentabilidade estabelecidos na presente diretiva modificativa, desde que indiquem sucintamente no seu relatório de gestão as razões pelas quais as informações sobre sustentabilidade não foram fornecidas”*⁶.

⁶ Terceiro parágrafo do Considerando 21

As **empresas de países terceiros com sucursais ou filiais na União Europeia** com um volume de negócios líquido superior a 150 milhões de euros na União (cfr. artigo 1.º ponto 14) são igualmente obrigadas a fornecer informações a partir de 2029 relativamente ao exercício financeiro iniciado a 1 de janeiro de 2028.

Reforçando o exposto no Considerando (20) de forma a *“garantir a proporcionalidade e a exequibilidade desses requisitos, o limiar de um volume de negócios líquido superior a 40 milhões de EUR na União deverá aplicar-se às sucursais de empresas de países terceiros, e os limiares para serem consideradas grandes empresas ou pequenas ou médias empresas, com exceção das microempresas, cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado na União deverão aplicar-se às empresas filiais de empresas de países terceiros, uma vez que tais empresas filiais e sucursais deverão ser responsáveis pela publicação do relatório de sustentabilidade da empresa do país terceiro”*.

Contudo, no que diz respeito às **filiais** cabe salientar que encontrar-se-ão desobrigadas da apresentação de informações sobre sustentabilidade se, não sendo sociedade cotada em mercado regulamentado da União Europeia, a sociedade mãe apresentar relatório de gestão consolidado em conformidade com a Diretiva (cfr. artigo 19.º-A, n.º 9 na sua redação atual).

Porém, a isenção carece da apresentação de relatório de gestão que contenha nomeadamente:

- A **denominação e a sede estatutária da empresa-mãe** que comunica informações a nível do grupo, nos termos do artigo 19.º-A na sua redação atual ou de forma equivalente às normas de relato de sustentabilidade adotadas nos termos do artigo 29.º-B da Diretiva, tal como determinado em conformidade com um ato de execução sobre a equivalência das normas de relato de sustentabilidade adotado nos termos do artigo 23.º, n.º 4, terceiro parágrafo, da Diretiva 2004/109/CE;
- As **hiperligações para o relatório de gestão consolidado da empresa-mãe ou**, se aplicável, **para o relato de sustentabilidade a nível consolidado da empresa-mãe** a que se refere o primeiro parágrafo do n.º 9 do artigo 19.º-A na sua redação atual, bem como para o **parecer de garantia de fiabilidade** a que se refere o artigo 34.º, n.º 1, segundo parágrafo, alínea a) da Diretiva, ou para o parecer de garantia de fiabilidade a que se refere a alínea b) do segundo parágrafo do artigo 19.º-A, n.º 9;
- A **informação de que a empresa-mãe está isenta das obrigações previstas nos números 1 a 5 do artigo 19.º-A** na sua redação atual;

2.2.NORMAS DE RELATO DE SUSTENTABILIDADE

À luz do artigo 29.º-B, a Comissão Europeia – que conta com o apoio técnico do EFRAG⁷ adotará, nos termos do art. 49.º, *“atos delegados que complementem a presente diretiva, a fim de estabelecer normas de relato de sustentabilidade”* que *“especificam as informações que as empresas devem comunicar nos termos dos artigos 19.º-A e 29.º-A e, se for caso disso, especificam a estrutura em que essas informações devem ser apresentadas”*.

No fundo, pretendem, orientadas por uma lógica de pertinência, fácil compreensão e comparabilidade, garantir não só a qualidade e fidedignidade das informações comunicadas pelas empresas, como reduzir, a longo prazo, os custos associados.

O mesmo artigo refere a publicação – diferida temporalmente - de **dois conjuntos de standards**.

- O primeiro adotado no passado dia 31 de julho;
- O segundo até 30 de junho de 2024.

O **primeiro conjunto de normas** é dedicado às **informações que as empresas deverão divulgar relativamente a todas as áreas de comunicação de informações e questões de sustentabilidade e que os participantes no mercado financeiro estão obrigados a cumprir as obrigações de divulgação estabelecidas no Regulamento (UE) 2019/2088**.

Por sua vez, até dia 30 junho de 2024, serão especificadas, por um lado, as **informações complementares a comunicar pelas empresas no que diz respeito às questões de sustentabilidade e aos domínios de comunicação de informações enumerados no artigo 19.º-A, n.º 2, se for caso disso**; e, por outro, as **informações a comunicar pelas empresas que sejam específicas do setor que operam**.

De forma genérica, aponta a Comissão que *“presta especial atenção à dimensão dos riscos e dos impactos em questões de sustentabilidade em cada setor, tendo em conta o facto de, nalguns setores, os riscos e impactos serem mais elevados do que noutros”*.

⁷ <https://www.efrag.org/>

O primeiro conjunto de normas foi publicado em novembro de 2022 pelo EFRAG e divide-se em três categorias: **cross-cutting standards** (normas transversais), **topical standards** (normas ambientais, sociais e de governo) e **sector-specific standards** (normas específicas a cada setor).

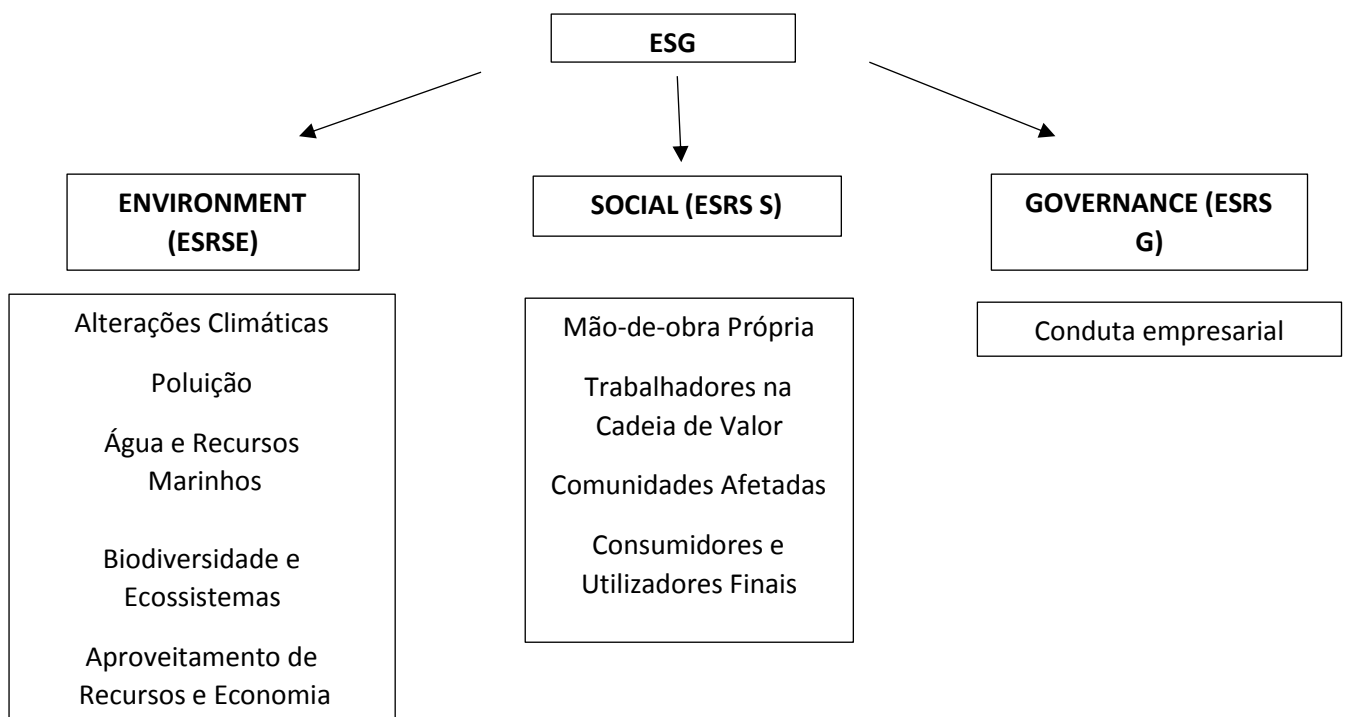
CROSS-CUTTING STANDARDS (NORMAS TRANSVERSAIS)

REQUISITOS GERAIS (ESRS 1)

DIVULGAÇÕES GERAIS (ESRS 2)

+

TOPICAL STANDARDS (NORMAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNO)



O **segundo pacote de normas** (cfr. art. 29.º-C) é dedicado às **normas de relato de sustentabilidade aplicáveis a pequenas e médias empresas** que, além de proporcionais às capacidades, características, escala e complexidade das suas atividades, terão em conta os critérios explanados nos números 2 a 5 do artigo 29.º-B.

2.3. INFORMAÇÕES A CONSTAR DO REPORTE

O conceito de dupla materialidade (*double materiality*) ou “*dupla perspectiva de materialidade*” subjaz a racionalidade dos relatórios.

Por conseguinte, o relatório, contendo informações **prospetivas, retrospectivas, qualitativas e quantitativas**, abordará, por um lado, “*as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho e da posição da empresa*” e, por outro, “*as informações necessárias para a compreensão do impacto das atividades da empresa nas questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, no respeito dos direitos humanos, no combate à corrupção e nas tentativas de suborno*” (cfr. Considerando (29) e arts. 19.º-A, n.º 1 e 29.º-A, n.º 1 nas suas redações atuais).

No fundo, agregará tanto os riscos para a empresa (perspetiva de fora para dentro) como os impactos produzidos pela empresa (perspetiva de dentro para fora).

O **escopo geral** das informações a ser comunicadas desdobra-se em **cinco domínios de comunicação**:

1. Modelo empresarial;
2. Políticas, incluindo os processos relativos ao dever de diligência aplicados;
3. Resultados das políticas suprarreferidas;
4. Riscos e gestão de riscos;
5. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a atividade.

Em particular, incidem sobre as seguintes matérias (cfr. números 2 a 5 dos artigos 19.º-A e 29.ºA nas suas redações atuais):

- Estratégia empresarial (incluindo a estratégia em relação aos riscos relacionados com questões de sustentabilidade) e a resiliência do modelo empresarial, bem como a sua conformidade com o Acordo de Paris e o objetivo da neutralidade climática até 2050;
- A forma como o modelo e estratégias empresariais têm em conta os interesses das partes interessadas (*stakeholders*);
- Oportunidades para a empresa decorrentes de questões de sustentabilidade;
- Aplicação dos aspetos da estratégia empresarial que afetam ou são afetados por questões de sustentabilidade;
- Os objetivos de sustentabilidade fixados pela empresa e os progressos realizados na sua consecução;
- O papel do conselho de administração e da direção no que respeita às questões de sustentabilidade;

- Os principais impactos (negativos, reais e potenciais) relacionados com as atividades das empresas;
- De que forma a empresa identificou as informações sobre as quais comunica;
- Especificação do processo de diligência devida (*due diligence*) no que concerne a questões de sustentabilidade, incluindo-se os impactos causados pela empresa, os impactos para os quais a empresa contribui, os impactos ligados à cadeia de valor (próprias operações, produtos e serviços, relações empresariais e cadeias de abastecimento).

Cabe não olvidar as **derrogações** quando em causa estejam **PME's, instituições de pequena dimensão e não complexas, empresas de seguro cativas e empresas de resseguros cativas** que, segundo o disposto no n.º 6 do artigo 19.º-A na sua redação atual, podem cingir o seu relato de sustentabilidade às matérias elencadas infra:

- Uma descrição sucinta do modelo empresarial e da estratégia da empresa;
- Uma descrição das políticas da empresa relativas às questões de sustentabilidade;
- Os principais impactos adversos da empresa, reais ou potenciais, nas questões de sustentabilidade, e quaisquer medidas tomadas para identificar, acompanhar, prevenir, atenuar ou corrigir esses impactos adversos reais ou potenciais;
- Os principais riscos para a empresa relacionados com questões de sustentabilidade e a forma como gere esses riscos;
- Indicadores-chave necessários para a divulgação de informações a que se referem as alíneas a) a d).

Fazendo-o devem efetuar a comunicação em conformidade com as normas de relato de sustentabilidade aplicáveis às pequenas e médias empresas a que se refere o artigo 29.º-C, alvo de publicação até junho de 2024.

2.4. AUDITORIA POR ENTIDADE TERCEIRA INDEPENDENTE

O terceiro parágrafo do Considerando (61) resume os aspetos alvo de pronúncia por parte do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas:

- Conformidade do relato de sustentabilidade com os requisitos da União, com base em trabalhos de garantia de fiabilidade limitada;
- Conformidade do relato de sustentabilidade com as normas de relato de sustentabilidade da União;
- Processo realizado pela empresa para identificar as informações comunicadas ao abrigo das normas de relato de sustentabilidade;
- Cumprimento do requisito de marcação do relato de sustentabilidade para efeitos de carregamento no Ponto de Acesso Único Europeu;
- Cumprimento dos requisitos em matéria de comunicação de informações previstos no art. 8.º do Regulamento (EU) 2020/852 (Regulamento Taxonomia).

Defende a Comissão Europeia que assim se garante uma transição progressiva consciente dos custos para as empresas pois que *“a garantia de fiabilidade do relato de sustentabilidade com base num trabalho de garantia de fiabilidade razoável é mais onerosa do que uma garantia de fiabilidade do relato de sustentabilidade com base num trabalho de garantia de fiabilidade limitada”*.

O parecer da entidade terceira independente será **publicado em anexo ao relatório de gestão** (e, por essa razão, igualmente sujeito a formato eletrónico) **ou através de meio acessível ao público**.

Para garantir a qualidade, fiabilidade e uniformidade da tarefa levada a cabo por serviços de garantia de fiabilidade independentes, devem estes estar sujeitos a requisitos harmonizados, transversais e equivalentes àqueles dispostos na Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de maio de 2006 relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, que altera as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho e que revoga a Diretiva 84/253/CEE do Conselho.

2.5. FORMATO

Artigo 1.º - Ponto 9 da Diretiva (UE) 2022/2464

Artigo 29.º-D

Formato eletrónico único de comunicação de informações

1. As empresas abrangidas pelos requisitos do artigo 19.o -A da presente diretiva devem elaborar o seu relatório de gestão no formato eletrónico de comunicação de informações especificado no artigo 3.o do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 (*) da Comissão, e marcar o respetivo relato de sustentabilidade, incluindo as divulgações previstas no artigo 8.o do Regulamento (UE) 2020/852, em conformidade com o formato eletrónico de comunicação de informações especificado nesse regulamento delegado.

2. As empresas-mãe abrangidas pelos requisitos do artigo 29.o -A devem elaborar o seu relatório de gestão consolidado no formato eletrónico único de comunicação de informações especificado no artigo 3.o do Regulamento Delegado (UE) 2019/815, e marcar o seu relato de sustentabilidade, incluindo as divulgações previstas no artigo 8.o do Regulamento (UE) 2020/852, em conformidade com o formato eletrónico de comunicação de informações especificado nesse regulamento delegado.

Antes de considerações adicionais importa, ainda, esclarecer o formato a que se refere supra.

Regulamento Delegado (UE) 2019/815

Artigo 3.º

Formato eletrónico único de comunicação de informações

Os emitentes devem elaborar os respetivos relatórios financeiros anuais na íntegra no formato XHTML.

Ao contrário da Diretiva 2013/34/EU, exige-se, agora, que as **empresas “disponibilizem gratuitamente ao público os seus relatórios de gestão nos seus sítios Web”**, como indica o Considerando 55.

Na falta de sítio Web, os Estados-Membros podem exigir que a empresa em questão “**disponibilize uma cópia por escrito do seu relatório de gestão mediante pedido**” (cfr. 2.º parágrafo do ponto 10 do art. 1.º da Diretiva).

Para esse efeito, é necessária “**uma taxonomia digital para as normas de relato de sustentabilidade da União, a fim de permitir que as informações comunicadas sejam etiquetadas em conformidade com essas normas de relato de sustentabilidade**” (cfr. 2.º parágrafo do Considerando 55).

A par do formato digital surge uma formalidade adicional: a integração das informações sobre sustentabilidade numa **secção específica, “claramente identificável”, do relatório de gestão.**

Assim, é eliminada a isenção que permitia a publicação destas informações em relatório separado, publicado juntamente com o relatório de gestão em conformidade com o artigo 30.º da Diretiva 2013/34/EU, ou se esse relatório fosse disponibilizado ao público no sítio Web da empresa, num prazo razoável não superior a seis meses a contar da data do balanço, e o mesmo fosse mencionado no relatório de gestão (art. 19.º-A n.º 4 da Diretiva 2013/34/EU).

De outra forma, em caso algum as empresas abrangidas são dispensadas da obrigação de publicação (eletrónica) do relatório de gestão (cfr. 5.º parágrafo do ponto 10 do art. 1.º da Diretiva).

3. O QUE DIZEM AS ASSOCIAÇÕES EUROPEIAS?

3.1. SMEUNITED

A organização SMEUnited reconhece a crescente importância, em especial nas cadeias de valor, das matérias afetas a ESG e sustentabilidade.

Porém, face ao aumento de pedidos de apresentação de informações a pequenas e médias empresas, expressa a sua preocupação quanto à capacidade que estas podem não ter para tal e o risco que correm em ser retiradas da cadeia de valor.

Refere, igualmente, a necessidade de *standards* uniformes e claros, sugerindo um formato intuitivo e que não catalise encargos administrativos adicionais, facilitando a adaptação à nova regulamentação.

Questiona, contudo, no âmbito da exportação, como o EFRAG pretende garantir, por um lado, a conformidade à Diretiva (quando solicitada) das pequenas e médias empresas; e, por outro, como as grandes empresas pretendem reportar na sua cadeia de valor.

3.2. EUROCOMMERCE

Os parceiros da EuroCommerce ressaltam a flexibilidade das normas de relato em comparação com os esboços iniciais preparados pelo EFRAG.

Porém, uma miríade de preocupações continua de pé, nomeadamente no que concerne à conformidade com padrões internacionais e, de forma geral, o impacto e implementação por parte das pequenas e médias empresas.

Em especial, revela-se preocupante o aumento de encargos a nível financeiro, administrativo, legal e organizacional. De facto, não só é de evitar todas as questões referidas, como, em especial, as multas sobre as PME's.

Reforçam a imprescindibilidade da interoperabilidade e facilidade de implementação das normas de relato de sustentabilidade, essencial à sua verdadeira efetividade e implementação prática.

Nesta linha, deve equacionar-se um período de transição mínimo de 2 anos, um acompanhamento sensível e compatível com as particularidades de cada setor, bem como exceções para as PME's (face à dimensão da empresa, facturação ou número de empregados).

4. CONCLUSÕES

A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), ciente da importância, mas, acima de tudo, das dificuldades inerentes à sustentabilidade e economia circular para os setores que representa, tem as suas reservas em relação ao conteúdo da Diretiva – na esteira das posições assumidas pelas organizações europeias.

Tendo em conta o cômputo geral, teme-se um relatório repetitivo e, face às tecnicidades, produtor de custos e encargos insuportáveis para as empresas portuguesas e europeias.

Em especial, perante um corpo inflexível de normas e uma transição temporalmente reduzida, entende a CCP que devem as PME's ser alvo de capacitação multilateral (incluindo empresas e trabalhadores) bem como munidas dos apoios financeiros necessários – ambas as medidas sensíveis às especificidades sectoriais.

Sem prejuízo das existentes, não se descortinam exceções verdadeiramente impactantes para este grupo de sujeitos (em particular para as empresas em setores ou com um posicionamento na cadeia de valor com baixo risco ambiental e social) que podem experienciar os efeitos perversos da aplicação da Diretiva: ser sujeitas a pressão desproporcional e, no limite, serem afastadas das cadeiras de valor.